



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA 4.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 5 DE NOVEMBRO DE 2015

**Presidente:** Exmo. Sr. Abnildo d'Oliveira

**Secretário:** Exmo. Sr. Silvestre Mendes

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 30 minutos.

Procedeu-se à auscultação do Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais (Heliodoro Pires Quaresma), relativamente à petição dos moradores de São Marcos, endereçada à Assembleia Nacional. Usaram da palavra, além do Director dos Serviços

Geográficos e Cadastrais, os Srs. Deputados Deolindo da Mata (MLSTP/PSD) e Brito do Espírito Santo (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 9 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente** (José Manuel): — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 9 horas e 30 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Silvestre Moreno** Mendes  
**Sebastião** Lopes **Pinheiro**  
**Flávio** Pires **Mascarenhas** dos Ramos  
**José Manuel** Costa Alegre

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP/PSD):

**Deolindo** Luís da Trindade **da Mata**  
**Brito** Vaz do **Espírito Santo**

O Sr. **Presidente** (José Manuel): — Sr. Director, Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais, antes de mais gostaria de agradecer a sua disponibilidade neste processo de auscultação que vamos proceder concernente à nota que foi enviada ao Governo.

Acho que o Sr. Director deve saber o objectivo desta auscultação porque durante algum tempo percebeu-se uma demanda entre os moradores de São Marcos, ou seja, entre as pessoas que tinham o título de posse de terra e as que usavam as mesmas terras para as plantações de produtos agrícolas.

À volta dessa demanda chegou à Assembleia, na Legislatura passada, uma petição e a comissão que tinha a incumbência de cuidar destes assuntos fez um parecer em que constam algumas recomendações feitas ao anterior governo.

Temos, mais uma vez, esse processo em mãos, queremos perceber de si, dessas recomendações, até onde já se foi e onde está o entrave. Entendemos que não faz sentido darmos o nosso parecer outra vez, quando já existe um parecer. Nós não conhecemos o que Governo já fez ao nível das recomendações passadas. Vamos ouvir a sua explicação, mas queria saber se os Srs. Deputados querem fazer alguma pergunta em especial, antes de o Sr. Director fazer a sua abordagem.

O Sr. **Deolindo da Mata** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, podemos fazer depois de ouvir o Sr. Director.

O Sr. **Presidente**: — Está bem, assim vamos proceder.

Tem a palavra o Sr. Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais.

O Sr. **Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais** (Heliodoro Pires Quaresma): — Antes de mais, gostaria de agradecer ao Sr. Vice-Presidente e aos caros Deputados aqui presentes, por esta oportunidade que me dão para, mais uma vez, tentarmos esclarecer essa polémica. Queria dizer que é algo que já se arrasta há algum tempo, já cá estive na Legislatura passada para prestar o mesmo tipo de esclarecimentos, para não termos que fazer o historial de tudo o que aconteceu, eu diria somente em termos de resumo que já se ultrapassou uma fase mais crítica e agora estamos numa fase mais social. O Cadastro, por excelência, trata de áreas urbanas e não agrícolas. Portanto, quando entra em questões agrícolas já não é connosco, visto que temos alguma dificuldade em encontrar soluções rápidas.

Depois de vários encontros tidos e várias tentativas para encontrar uma solução, na Legislatura passada encontramos uma solução quase acertada. A solução encontrada foi deslocar os horticultores que estão nas áreas urbanas já com os títulos de posse distribuídos. As pessoas pagaram os seus títulos de posse, mas o objectivo era deslocá-las para um outro local, não muito distante da capital. O problema delas é não quererem sair para fora da cidade. Na altura encontramos a zona do Rio Vouga, a parte agrícola, não a urbana, inicialmente elas concordaram.

Tivemos um encontro no Ministério com todos os representantes, inclusive com o advogado da Associação dos Horticultores, que também esteve presente, e havia um acordo comum. Quando se fez a acta para ser assinada, ninguém mais quis assinar, porque puseram outra condição que era levar a água até o local do cultivo. O Governo teria que inicialmente garantir-lhes a água, etc. Portanto, era uma série de condições que não estavam previstas inicialmente nas discussões que tivemos.

Depois de muita reflexão, eles concordaram em ir mesmo assim, depois paulatinamente encontrar-se-ia outras soluções.

Então levamos os horticultores, eles viram e concordaram com o local.

O impasse surgiu quando dissemos: está bem, agora temos que remeter o pedido ao Ministério da Agricultura, que tutela a área agrícola, para emitir um título de posse colectivo para os tais horticultores. O Ministério da Agricultura recusou na altura e não conseguimos.

Ao actual Governo, até abordei com o ministro actual, mandei um documento a falar da mesma questão, voltou a ser recusada a nossa petição.

Portanto, nesta altura, estamos de mãos e pés atados, porque não temos como fazer, se não encontrarmos uma solução para deslocarmos esses horticultores para outra zona agrícola.

Não temos nenhuma área agrícola para fornecer aos horticultores. Trabalhamos com áreas urbanas. É esta a questão. Neste momento, estamos num impasse para encontrar uma solução alternativa para os horticultores.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra aos Srs. Deputados, queria só colocar uma questão. Estava a ver as recomendações e na alínea b), a recomendação que a comissão anterior tinha feito ao Governo, diz assim: «O Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural e o Ministério das Obras Públicas e Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente sejam instados a constituir uma comissão técnica e conjunta para de uma forma célere se proceder ao levantamento exaustivo de todos os terrenos abandonados, seguidos da justificada expropriação, nos termos das leis vigentes, procurando cautelosa e progressivamente satisfazer a elevada procura de espaço para a urbanização.»

A minha questão é a seguinte, frisou que o Ministério da Agricultura impediu ou não estava disponível para dar o espaço, mas será que essa parte da recomendação foi cumprida, criou-se a tal comissão mista entre o Ministério da Agricultura e o Ministério dos Recursos Naturais?

O Sr. **Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais**: — Para esta questão concreta, sim. Fizemos um trabalho conjunto entre os técnicos da Direcção do Cadastro, os técnicos da Direcção da Agricultura e os representantes dos horticultores. Foi esta comissão que identificou o local para a deslocação. Mas para uma questão mais ampla, como a questão de zonas urbanas, essa comissão não funcionou. Ela só funcionou para esta questão concreta. Que eu saiba, já não houve a continuação dos trabalhos noutra sentido.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estejam à vontade para colocar questões ao Sr. Director. Tem a palavra o Sr. Deputado Brito do Espírito Santo.

O Sr. **Brito do Espírito Santo (MLSTP/PSD)**: — O Sr. Director acabou de nos situar sobre todas as diligências feitas, mas o Ministério da Agricultura recusou-se em arranjar o espaço. Depois dessa recusa, não se propôs encontrar uma outra saída? Recusou-se e acabou. Não se fez mais nada? Não se procurou outra solução?

O Sr. **Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais**: — Sr. Deputado, queria dizer que realmente é isso. Pedimos ao Ministério da Agricultura, que se recusou em emitir o título e conceder aquele espaço aos horticultores, mas não nos propôs qualquer outra alternativa que tivessem em mãos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Director, uma questão. Se nós lhe perguntarmos agora em que pé está esse processo no ponto de vista das responsabilidades do Cadastro, o que senhor responderia?

O Sr. **Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais**: — O Cadastro, nesta questão concreta, não tem responsabilidades com os horticultores. Quero aqui dizer claramente que essa questão se arrasta porque queremos resolver de forma mais consensual, para não lesar nenhuma das partes, mas os horticultores estão conscientes que entraram ilegalmente no espaço porque quando se fez o trabalho para o levantamento topográfico para a urbanização, não estavam lá os horticultores. Eles entraram posteriormente.

Enquanto se estava a elaborar o mapa no gabinete, eles foram entrando e não se tinha em conta os horticultores naquele espaço. Era uma área abandonada.

Quando se emitiram os títulos, as pessoas que pagaram, reivindicaram o seu espaço, com toda a legitimidade. Mas os agricultores dizem que vivem disso, que é o sustento de suas famílias, vivem a partir daquilo que sai das hortas. Aqui está o impasse.

Mesmo o Sr. Patrice Trovoada, que era o Primeiro-Ministro, na altura, visitou o local e concluiu que o nível de cultura que havia ali não era fácil, de ânimo leve, chegar, meter o tractor e acabar com aquilo tudo, de uma só vez. Portanto, procura-se encontrar sempre uma solução mais consensual, que não lese muito ambas as partes. Esse é o problema.

O Sr. **Presidente**: — Eu fiz essa pergunta porquê? De certa forma, estamos num conflito entre duas partes; as pessoas que possuem título de posse e os horticultores. E o Cadastro tem a responsabilidade de devolver os espaços que as pessoas já pagaram e que têm o título. É a responsabilidade do Cadastro.

E o Cadastro está neste impasse porque os horticultores não encontraram também uma alternativa para saírem de lá.

A questão que eu coloco é, o Cadastro neste momento considera que a sua responsabilidade está resolvida, está em vias de encontrar solução, principalmente para as pessoas que têm título e que já pagaram?

O Sr. **Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais**: — Na minha opinião, gostaria que as questões ficassem resolvidas da melhor forma possível. Entendo que toda a gente tem problemas e tem necessidades. Temos grandes problemas com as pessoas que pagaram os seus títulos, porque o dinheiro entrou para os cofres do Estado. A área é urbana, não é agrícola, é isso que sempre insisto. Portanto, a nossa responsabilidade aqui é que temos que fazer com que as pessoas que pagaram os seus títulos conheçam os seus talhões e comecem já a construir já. Há pessoas que dizem que fizeram empréstimos, agora o dinheiro já está no fim, há pessoas que tinham o material e o material deteriorou-se, tudo isso são responsabilidades que temos que assumir.

Mas tem a outra parte que é dos horticultores, que dizem que são jovens, e que vivem dos cultivos que ali fazem. Então estamos num impasse que é de uma área que nos cabe resolver e outra que não somos nós a resolver, que é a área da Agricultura. E segundo o que pude entender é que os horticultores não querem sair para fora da cidade. E é difícil hoje, aqui nos arredores da cidade encontrar zonas agrícolas para colocar esses horticultores, é quase impossível.

O Sr. **Presidente**: — Resumidamente, o Cadastro só está à espera que o Ministério da Agricultura cumpra a sua parte, que é encontrar um espaço agricultável para os agricultores e o Cadastro resgatar o seu espaço e devolver às pessoas que têm os títulos.

O Sr. **Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais**: — Pelo que ouvi do anterior Ministro da Agricultura, os horticultores devem sair, porque eles não estão legitimados para estar lá. Estamos a perceber neste momento que, é bom que se faça um inquérito, com o passar do tempo, alguns agricultores estão a vender essas terras.

Temos exemplos claros. O Ministério da Educação pretendia construir uma escola ali, pagou 100 milhões de dobras a um grupo deles. Os mesmos receberam o dinheiro e saíram. Agora estão a invadir as terras que não lhes pertencem para os outros fins. Tem-se que tomar uma decisão. Ou eles saem dali ou não. Se não estão a cultivar e estão a aceitar quantias monetárias para abandonar, isto quer dizer que eles querem outra coisa. É bom que se diga a verdade. Tem-se que tomar uma decisão superior, porque não poderá ser apenas dos nossos serviços.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estejam à vontade em colocar questões ao Sr. Director. Tem a palavra o Sr. Deputado Espírito Santo, para uma intervenção.

O Sr. **Brito do Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Director disse aqui que o Ministério da Agricultura recusou a atribuição de título colectivo àquele grupo de agricultores, mas não justificou o porquê da não atribuição desse mesmo título a nível de comunidade do Rio Vouga.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Director, para os devidos esclarecimentos.

O Sr. **Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais**: — Sr. Presidente, não justificou e disse somente que precisa daquela parte. A área que foi disponibilizada, a tempos atrás, na zona de Rio Vouga, era uma área agrícola. O Ministério desanexou-a e atribuiu ao Cadastro para urbanização. Mas há uma faixa que o Ministério da Agricultura pediu-nos que mantivéssemos como área agrícola. É lá que queríamos colocar esses horticultores e pedimos apenas uma parte daquela área de forma que eles fossem deslocados até ali. Estavam todos de acordo, mas voltaram atrás e disseram também que precisavam. Pensamos que, o Governo actual poderia aceitar, com os pareceres dos técnicos. Mas, o novo Ministro também não concordou e disse que naquela área não seria possível a deslocar os horticultores.

O Sr. **Presidente**: — Tem novamente a palavra o Sr. Deputado Brito Espírito Santo.

O Sr. **Brito do Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — O normalmente, quando se faz a recusa, devia-se propor um outro local.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Director, para os devidos esclarecimentos.

O Sr. **Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais**: — Sr. Presidente, não tenho em mãos qualquer documentação.

O Sr. **Presidente**: — Mais alguma questão, Srs. Deputados, concernente à parte do Cadastro? Podemos entender que estão esgotadas as questões que pretendíamos colocar ao Sr. Director.

Se não houver mais questões no âmbito desse processo, podemos então libertar o Sr. Director. Provavelmente, têm as suas actividades laborais.

Sr. Director, o nosso muito obrigado pela sua disponibilidade e prontidão em prestar-nos esses esclarecimentos. Vamos prosseguir com esse trabalho, auscultar também o Ministério da Agricultura e ouvir também deles antes de fecharmos este processo. Ao nível da Assembleia e da Comissão propriamente vamos ver até aonde podemos ajudar neste processo para o bem de nós todos, Cadastro, Agricultura, os horticultores, as pessoas que têm títulos e todo o País. Tudo que tiver ao nosso alcance vamos fazer.

O Sr. **Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais**: — Sr. Presidente, gostaria de agradecer e dizer que da nossa parte estamos abertos a prestar qualquer informação – se pudermos encontrar posteriormente – e a dar a nossa colaboração, a fim de encontrarmos soluções para os nossos problemas.

O Sr. **Presidente**: — Declaro encerrada à reunião.

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 9 horas e 50 minutos.

*Eram 9 horas e 50 minutos.*

*Faltaram à reunião os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Celmira** d'Almeida do **Sacramento**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Dionísio Fernandes** Leopoldino

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Danilson** Alcântara Fernandes **Cotú**